



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – CMDM

Nº 04/2026

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher

21/07/2026

Ao vigésimo primeiro dia do mês de julho de dois mil e vinte e seis, deu-se início à Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM. Estavam presentes as seguintes Conselheiras: Magda Helena Pizoni Nascimento (Gabinete do Prefeito); Luciana Colombo de Feitas (Secretaria Municipal de Assistência Social); Luciane Virtuoso de Medeiros da Rosa (Secretaria Municipal de Educação); Daiane Rocha (Secretaria Municipal de Saúde); Cíntia Goudinho Barbosa (Procuradoria-Geral do Município); Roberta Schonfelder de Souza (Delegacia da Mulher); Munique do Nascimento (Representante de Órgão Público que disponha sobre a Promoção de Igualdade Racial); Andreia Teixeira Machado (Conselho Tutelar); Vania Pinheiro Rodrigues (Comissão Mulher da OAB); Natalia Bessa (Grupo de Apoio e Prevenção à AIDS de Criciúma – GAPAC); Sandra Mara Machado de Souza (Rede Feminina de Combate ao Câncer); Juliane Manganelli Pinto Colonetti (Associação Feminina de Assistência Social – AFASC); Rindalta das Graças de Oliveira (Associação de Pessoas com Deficiência da Região Sul de Santa Catarina – JUDECRI); Rosélia Tertuliano (Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Criciúma – SISERP); Maiara Leandro (Escola Superior de Criciúma – ESUCRI); Monica Ovinski de Camargo Cortina (Núcleo de Estudo de Gênero das Universidades – UNESC). Convidadas: Morgani Guzzo, Marta Vaneli e Estefany Moura. Dando início à reunião, a Presidente Rindalta das Graças de Oliveira (Associação de Pessoas com Deficiência da Região Sul de Santa Catarina – JUDECRI) verificou o quórum, saudou as participantes e solicitou a assinatura da Ata nº 03/2026. Na sequência, deu-se início à apresentação on-line das articuladoras territoriais de políticas para as mulheres do Ministério das Mulheres. A Presidente solicitou que todas as conselheiras presentes se apresentassem às participantes da videoconferência. Após as apresentações, informou sobre o interesse em ampliar o número de entidades integrantes do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM. Também destacou que a Casa Abrigo encontra-se em fase final para inauguração e mencionou as discussões em andamento acerca da criação da Secretaria Municipal da Mulher no Município de Criciúma. A convidada Morgani Guzzo agradeceu pelo acolhimento e manifestou sua satisfação em participar da reunião. Na sequência, realizou uma breve apresentação pessoal e iniciou a explanação sobre o projeto, esclarecendo que a iniciativa é desenvolvida em parceria com a ONU Mulheres e o Programa das Nações Unidas para o



5 **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – CMDM**

6

31 Desenvolvimento (PNUD). Explicou que o projeto tem como objetivo descentralizar as
32 políticas públicas para as mulheres, fortalecer os organismos estaduais e municipais
33 voltados à temática, produzir diagnósticos regionais e promover a integração entre
34 governos e movimentos sociais. Em seguida, passou a palavra à convidada Marta Vaneli,
35 que cumprimentou as presentes e relatou ter sido convidada para atuar no projeto em
36 Santa Catarina. Manifestou o desejo de contribuir para que nenhuma mulher seja vítima
37 de violência e destacou sua preocupação diante do elevado número de denúncias
38 registradas no Estado, expressando o compromisso de colaborar para a redução desses
39 índices por meio das ações desenvolvidas pelo projeto. Posteriormente, a convidada
40 Estefany Moura apresentou-se e relatou que atua no Município de Joinville, onde o
41 referido projeto vem sendo desenvolvido com o objetivo de fortalecer e ampliar as
42 políticas públicas voltadas às mulheres. Retomando a palavra, a Morgani informou sobre
43 o Pacto Brasil sem Feminicídio, firmado pelo Governo do Estado no início do ano. Explicou
44 que a iniciativa reúne os três Poderes da República com a finalidade de prevenir e
45 enfrentar a violência de gênero, por meio de ações integradas de segurança pública,
46 acolhimento às vítimas e maior celeridade na atuação do sistema de justiça. Destacou,
47 ainda, que o pacto estabelece protocolos padronizados de atendimento, prevê o
48 monitoramento eletrônico de agressores e incentiva a atuação intersetorial em apoio às
49 vítimas. Na sequência, questionou às integrantes do CMDM se o Município de Criciúma
50 possui Casa Abrigo, se há acompanhamento do cumprimento das medidas protetivas, se
51 estas vêm sendo efetivamente respeitadas e se o Município dispõe de patrulhas
52 especializadas para auxiliar na proteção das vítimas e no afastamento dos agressores.
53 Dando continuidade à apresentação, informou sobre o Plano Brasil que Cuida, instituído
54 pelo Governo Federal com o objetivo de estruturar a Política Nacional de Cuidados.
55 Explicou que a proposta é incentivar a adesão dos estados e municípios ao pacto,
56 possibilitando a elaboração de planos estaduais e municipais voltados às políticas de
57 cuidado. Ressaltou que as ações e equipamentos previstos não se destinam apenas às
58 mulheres em situação de violência, mas também àquelas que vivem em territórios de
59 maior vulnerabilidade social. Entre as iniciativas apresentadas, destacou a implantação de
60 lavanderias comunitárias, que, além de disponibilizarem equipamentos públicos para
61 lavagem de roupas, oferecem cursos de capacitação, espaços de organização para as
62 mulheres e "cuidotecas", destinadas ao acolhimento de crianças enquanto suas mães
63 participam de entrevistas de emprego, cursos ou outros compromissos. Por fim, informou
64 que o objetivo é orientar os municípios com os quais mantêm contato, por meio dos
65 Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher e das Procuradorias, para que solicitem aos
66 respectivos Prefeitos a adesão ao pacto, possibilitando que o Ministério das Mulheres
67 contemple esses municípios no planejamento orçamentário do próximo exercício. Em



8 **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – CMDM**

9

68 seguida, para apresentar as ações desenvolvidas no Município de Criciúma, a Conselheira
69 Munique do Nascimento (Representante de Órgão Público que disponha sobre a
70 Promoção da Igualdade Racial – COMPIRC) informou que, em breve, será inaugurada uma
71 Casa Abrigo destinada ao acolhimento de mulheres em situação de violência, a qual
72 contará com uma equipe técnica qualificada e preparada para prestar o atendimento
73 necessário. Relatou, ainda, que o Município dispõe da Patrulha Maria da Penha, composta
74 por policiais militares responsáveis por realizar rondas e acompanhar as mulheres
75 beneficiárias de medidas protetivas. Quanto à atuação do Ministério Público, destacou
76 que a Promotoria possui um Promotor específico para a temática, o qual atua de forma
77 ativa no apoio ao Conselho e no fortalecimento das políticas públicas voltadas às
78 mulheres. Em resposta a um questionamento levantado pela Conselheira Munique, a
79 Marta esclareceu que o Município deve manifestar interesse em aderir ao Pacto Nacional
80 e, após a assinatura, elaborar um Plano Municipal de Cuidados. Explicou que, a partir
81 dessa adesão, caberia ao Município disponibilizar um terreno para que o Governo Federal
82 pudesse implantar o espaço destinado à lavanderia comunitária, o qual também serviria
83 como local de acolhimento às mulheres, independentemente de estarem ou não em
84 situação de violência. Em seguida, a Convidada Morgani explicou que o Curso de Gestoras
85 é destinado a todas as pessoas interessadas em aprender sobre a implementação de
86 políticas públicas para as mulheres. Ressaltou que, embora o público-alvo principal seja
87 composto por profissionais que já atuam à frente dessas políticas, o curso possui caráter
88 abrangente e está aberto à participação de demais interessados no tema. Na sequência, a
89 Conselheira Roberta Schonfelder de Souza (Delegacia da Mulher) comunicou que,
90 recentemente, as DPCAMs foram oficialmente desmembradas, passando a contar, em
91 razão do número de habitantes, com duas delegacias especializadas: a Delegacia de
92 Proteção à Criança, ao Adolescente, à Mulher e ao Idoso (DPCAMI) e a Delegacia de
93 Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCAE). Em seguida, apresentou-as um panorama
94 das ações desenvolvidas no Município e explicou, de forma mais detalhada, como ocorre o
95 procedimento para solicitação e cumprimento das medidas protetivas de urgência. A
96 Convidada Estefany questionou há quanto tempo o CMDM está instituído e divulgou um
97 edital voltado aos Institutos Federais, solicitando autorização para encaminhá-lo por e-
98 mail, a fim de que o Conselho também realizasse sua divulgação. Em resposta, a
99 Presidente informou que o CMDM foi instituído em 2014, encontrando-se atualmente
100 consolidado e em processo de reforma de sua Lei de criação e de seu Regimento, com
101 propostas de atualização e ampliação. Quanto à divulgação do edital, informou que o
102 material será encaminhado e divulgado pelo Conselho. Não havendo mais assuntos a
103 serem tratados, foram realizadas as considerações finais pelas conselheiras e pelas
104 participantes da apresentação, encerrando-se, na sequência, a videoconferência. Dando



11 **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – CMDM**

12

105 continuidade à reunião, a Presidente passou ao próximo ponto de pauta, referente à Casa
106 Abrigo. Para conhecimento de todas as presentes, a Conselheira Andreia Teixeira
107 Machado (Conselho Tutelar) relatou os principais assuntos tratados na reunião realizada
108 com o Secretário-Geral do Governo de Criciúma, Sr. João Batista Belloli. Informou que,
109 para o andamento da implantação da Casa Abrigo, faz-se necessária a elaboração de um
110 projeto, motivo pelo qual a Presidente manifestou a intenção de constituir uma comissão
111 específica para conduzir sua elaboração. A Conselheira relatou, ainda, que, durante a
112 reunião, foram discutidas as necessidades relacionadas ao funcionamento da Casa Abrigo,
113 incluindo a equipe de profissionais, a estrutura física e os equipamentos necessários.
114 Acrescentou que o Secretário sugeriu que a implantação do projeto ocorra de forma
115 gradativa, iniciando com uma estrutura menor e sendo ampliada conforme a demanda e a
116 viabilidade. Na sequência, a Conselheira Maiara Leandro (Escola Superior de Criciúma –
117 ESUCRI) sugeriu a formação de um grupo de trabalho já na presente reunião, com o
118 objetivo de elaborar a proposta de forma mais estruturada e encaminhá-la
119 posteriormente ao Secretário. Em concordância com a sugestão apresentada, as demais
120 conselheiras se manifestaram favoravelmente e procederam à formação do grupo de
121 trabalho para dar andamento à elaboração do projeto. O qual foi formado pelas
122 conselheiras: Rosélia Tertuliano (Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Criciúma
123 – SISERP), Jessica Soares Colere (Comissão Mulher da OAB), Andreia Teixeira, Luciana
124 Colombo de Feitas (Secretaria Municipal de Assistência Social), Daiane Rocha (Secretaria
125 Municipal de Saúde), Maiara Leandro, Rindalta e a Convidada Fabiana Domingos Bertier.
126 A Presidente comunicou que, nas próximas semanas, será realizada uma visita à Casa
127 Abrigo, destacando a importância da participação de duas ou três conselheiras. Na
128 sequência, a Conselheira Maiara Leandro (Escola Superior de Criciúma – ESUCRI) registrou
129 os nomes das interessadas em participar da visita. Ficou acordado entre as presentes que
130 a atividade será realizada em grupos, possibilitando que um maior número de
131 conselheiras participe da visita técnica. Dando continuidade, a Presidente consultou o
132 Regimento Interno do Conselho quanto à composição da Mesa Diretora e informou a
133 necessidade de eleger uma Secretária e uma Vice-Secretária. Após as discussões
134 realizadas, a Conselheira Maiara Leandro foi eleita para exercer a função de Secretária.
135 Para o cargo de Vice-Secretária, a Conselheira Maiara indicou a Conselheira Jessica Soares.
136 Contudo, em razão de sua ausência na reunião, as conselheiras deliberaram por consultá-
137 la previamente acerca do interesse em assumir a função antes de efetivar a nomeação.
138 Em resposta ao questionamento da Conselheira Maiara sobre o andamento da revisão do
139 Regimento Interno, a Presidente informou que o documento encontra-se na Procuradoria-
140 Geral do Município para análise. Na sequência, a Conselheira Andreia Teixeira abordou a
141 saída da antiga Conselheira Fabiana Bertier do CMDM, em razão de seu desligamento do



14 **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – CMDM**

15

142 Conselho Tutelar, levantando o questionamento sobre a necessidade de assumir
 143 automaticamente o cargo de Vice-Presidente anteriormente ocupado por ela. Para
 144 esclarecer a questão, a Conselheira Magda Helena Pizoni Nascimento (Gabinete do
 145 Prefeito) realizou uma breve leitura das disposições do Regimento Interno pertinentes ao
 146 tema. Não encontrando previsão específica no Regimento, informou que, salvo melhor
 147 entendimento, quando um novo representante assume a vaga de outro conselheiro,
 148 permanece na mesma função até a realização de nova eleição. Diante da dúvida, a
 149 Presidente propôs que o assunto fosse incluído na pauta da próxima reunião, a fim de que
 150 a questão fosse devidamente esclarecida antes de qualquer deliberação. Ficou definido,
 151 ainda, que constarão como pautas da próxima reunião o Plano de Cuidados, para diálogo
 152 com a Secretaria Municipal de Assistência Social, e a definição de quem ficará responsável
 153 pela realização da capacitação. Nada mais havendo a tratar, a Presidente Rindalta das
 154 Graças de Oliveira agradeceu a presença de todas e deu por encerrada a reunião,
 155 despedindo-se das conselheiras. E eu, Isadora Rabelo Celso lavrei a presente ata que, após
 156 lida e aprovada, será assinada por todas as presentes.

157

158 Magda Helena Pizoni Nascimento (Gabinete do Prefeito);

159 Luciana Colombo de Feitas (Secretaria Municipal de Assistência Social);

160 Luciane Virtuoso de Medeiros da Rosa (Secretaria Municipal de Educação);

161 Daiane Rocha (Secretaria Municipal de Saúde);

162 Cíntia Goudinho Barbosa (Procuradoria-Geral do Município);

163 Roberta Schonfelder de Souza (Delegacia da Mulher);

164 Munique do Nascimento (Representante de Órgão Público que disponha sobre a
 165 Promoção de Igualdade Racial);

166 Andreia Teixeira Machado (Conselho Tutelar);

167 Vania Pinheiro Rodrigues (Comissão Mulher da OAB);

168 Natalia Bessa (Grupo de Apoio e Prevenção à AIDS de Criciúma – GAPAC);

169 Sandra Mara Machado de Souza (Rede Feminina de Combate ao Câncer);

170 Juliane Manganelli Pinto Colonetti (Associação Feminina de Assistência Social – AFASC);



17 **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – CMDM**

18

171 Rindalta das Graças de Oliveira (Associação de Pessoas com Deficiência da Região Sul de
172 Santa Catarina – JUDECRI);

173 Rosélia Tertuliano (Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Criciúma – SISERP);

174 Maiara Leandro (Escola Superior de Criciúma – ESUCRI);

175 Monica Ovinski de Camargo Cortina (Núcleo de Estudo de Gênero das Universidades –
176 UNESC).

177